

Reali: precisamos incluir demandas do ABC nos PPAs dos governos federal e estadual. Não podemos perder esse bonde

Reali: precisamos incluir demandas do ABC nos PPAs dos governos federal e estadual. Não podemos perder esse bonde

Para secretário-executivo do Consórcio ABC, a prioridade neste primeiro momento é a infraestrutura: saneamento, habitação e mobilidade

ANGÉLICA RICHTER
angelica@diarioregional.com.br

O ex-prefeito de Diadema Mario Reali (PT) assumiu a secretaria executiva do Consórcio Intermunicipal ABC, que nesta gestão tem à frente o prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT). Em entrevista ao Diário Regional, Reali, que foi presidente do colegiado de prefeitos entre 2011 e 2012, afirmou que assumiu o desafio de integrar a entidade em um momento de retomada do processo democrático e da interlocução com os governos federal e estadual. O petista destacou, ainda, que são mais de 30 anos de experiência, nos quais tem acompanhado a trajetória do Consórcio ABC.

Como se deu sua ida para o Consórcio?

Estava em Diadema, em uma assessoria especial, cuidando de projetos estratégicos e aí o (prefeito José do) Filippi fez essa "provação" do Consórcio. O convite foi em uma linha de apoiar o Marcelo, que após eleito me chamou para conversar dada a experiência de ter sido presidente anos atrás. Achei um desafio importante, em especial neste momento que estamos vivendo, de retomada do processo democrático, de fortalecimento das instituições. Também é o início do governo Lula e do governo estadual (Tarcísio de Freitas/República), colocando uma perspectiva de diálogo logo neste começo para planejar as ações.

A parceria com a Universidade Federal de ABC, a Unifesp,

ENTRE ASPAS

Temos, também, uma preocupação que passa por tudo, que é o desenvolvimento econômico. Mario Reali

a macrodesempenham, a ampliação do Polo Petroquímico, venho acompanhando de uma forma ou de outra. Acompanho (a entidade) desde a fundação, no começo dos anos 90 com César Daniel. Então, são mais de 30 anos. Acho que é uma sintonia muito grande.

Antes prefeito e agora secretário, o sr. sentiu diferença na capacidade de articulação e desenvolvimento de projetos após a reestruturação feita pelo prefeito de Santo André, Paulo Serra?

O Consórcio tem tradição, mas viveu momentos difíceis até por conta da falta de interlocução do governo do Estado e do governo federal. Tem um momento no segundo governo Lula e no de Dilma (Rousseff) que estava muito latente a facilidade de acesso a programas, de maneira republicana, nas plataformas. Nessa época o Consórcio teve um pico, que foi no momento que fez um PPA (Plano Plurianual) regional, um Plano de Mobilidade, e conseguimos recursos para toda a região. Sem essa interlocução, os prefeitos foram dando menos importância e virou uma instância meio burocrática.

Agora, o que temos com perspectiva é a retomada, com o a revisão desses planos regionais e de buscar recurso fora para reestruturar esses projetos. O governo do Estado está mais aberto a isso. Já fomos a Brasília, com a Frente Nacional de Prefeitos. Tivemos agenda em alguns ministérios e já semana tive reunião com vários GTs (Grupos de Trabalho) para aderirmos à plataforma do Mão à Obra e para identificarmos, também, todas as obras paradas. Com o governo do Estado a mesma coisa. Estamos em uma agenda de diálogo.

Então, a interlocução com os governos já foi retomada com sucesso?

O primeiro ano é o do PPA



Reali: "estamos querendo dar um sentido de vida para o Consórcio, que tem tradição"

tanto para o governo federal quanto do Estado. Então, é importante incluímos algumas demandas da região e possibilitar a inclusão no Orçamento. Tem obras importantes de mobilidade que mudam muitas coisas. A linha 18, que virou BRT, e a linha 20 de metrô. Então, não podemos perder esse bonde.

A questão da mobilidade está muito vinculada ao desenvolvimento urbano. Temos obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), habitação, mobilidade, saneamento e encostas. Ficou evidente a necessidade de enfrentamento em áreas de risco. Então, estamos com uma agenda muito intensa.

Já existia planejamento com os grupos de trabalho. Estamos atualizando e priorizando dentro desses grupos o que são ações de curto prazo e estruturando as de médio e longo prazos, que são basicamente a reestruturação desses planos.

Para se ter uma ideia, ao mesmo tempo que queremos atualizar o plano de habitação, que foi parceria com a UFABC, fizemos levantamento das demandas para encaminharmos junto ao ministério. Temos um déficit emergencial

decorrente de área de risco (5 mil moradias, de famílias que recebem auxílio aluguel), que ficaram sem o programa Minha Casa, Minha Vida.

O sr. tem estimativa de valor para as obras paradas?

Temos um número, que a própria Caixa Econômica passou, entre PAC, Orçamento Geral de União, esses investimentos diretos, temos uma carteira de R\$1 bilhão e mais R\$1 bilhão de financiamentos, incluindo os sete municípios.

Nessa questão da habitação, tivemos conversa com o Estado, principalmente com o Polício (José Polício Neto, subsecretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitan), que é de retomada do papel da represa Billings na região. Acho que só vamos ter água se tivermos investimento em moradia, porque temos a pressão da ocupação dos mananciais. Na questão do tratamento de esgoto, temos também a perspectiva de dialogar com o governo do Estado. Queremos investimentos para termos um serviço de qualidade. A Sabesp administra o maior número de municípios e queremos um serviço de qualidade.

O sr. acredita que a saída

de São Bernardo e São Castano pode enfraquecer o Consórcio? Hoje estamos nesta discussão com São Bernardo e São Castano, se fica, se vai. Queremos muito que os prefeitos Orlando (Orlando/São Bernardo/PSDB) e Leon (Leon Auciáncio/PSDB) reconsiderem a posição deles, que foi política. Queremos preservar os sete municípios, para fazermos um planejamento conjunto. O Consórcio viveu um ótimo período nos governos Lula/Dilma, passou em branco no de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) e talvez nem soubesse da existência da entidade. A insatisfação com o desempenho do Consórcio pode estar relacionada a essas saídas? O Consórcio é uma estrutura financiada pelos municípios e não teve muito estímulo para os prefeitos continuarem nele. Estamos querendo dar um sentido de vida para a entidade. Dentro dessa perspectiva de possibilidades e resultados, o investimento que as prefeituras fazem passa a ser importante. Tem retorno. É nessa linha que queremos trabalhar. Mostrar resultados e que o trabalho coletivo dá retorno. As prefeituras não conseguem resolver (sozinhas) todos os problemas, porque estão inseridas em uma região metropolitana que é uma cidade só. São Paulo se graduiu com os outros 39 municípios. Não dá para separar a demanda habitacional de Diadema da de São Bernardo e de São Paulo, ou os problemas de saneamento e mobilidade. Tem muita conexão e precisamos articulá-la. O Consórcio terá uma atuação diferente com a saída das cidades, talvez mais estratégica e menos de captação de recursos? As duas coisas. Tem uma estratégia de entender o que é prioritário e buscar o recurso, fundamentando o que é estratégico para a região toda. O próprio governo federal, na fala do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) quando esteve aqui, que disse que é diferente atender mais de 6 mil municípios, de atender uma região com 2,5 bilhões de habitantes e sete prefeitos unidos entorno de problemas comuns. Isso dá uma potência maior para estratégia e ao resultado que vem

para enfrentar essa demanda, ou seja, ter recurso disponível.

Estou muito esperanoso de conseguir mais recursos para a região, a fim de fazer mais investimentos e adequar a qualidade de prestação de serviços, porque acabamos também dialogando para a educação, saúde. Sobre esses temas temos várias demandas e estamos nos organizando, para afinar com os governos federal e estadual quais os elementos que conseguimos ter retorno.

Quais projetos consideram prioritários neste momento?

O primeiro, que está muito na cabeça do presidente Marcelo Oliveira, porque ele viveu isso e Mauá está em estado de emergência, é a questão das áreas de risco. Não tivemos investimento em novas moradias para a população que mais precisa e isso agravou a ocupação de mananciais na região toda. Em Diadema tivemos uma ocupação em área de manancial, além de outras novas ocupações e, com isso, a criação de novas áreas de risco. Então, essa parte das encostas, moradias, o PAC para urbanizar e a área de saneamento são um eixo importante.

Outro eixo é a mobilidade, que temos problemas seríssimos com a questão da perda de passageiros pelos sistemas municipais. Então, temos de investir na integração dos sistemas e na melhoria da qualidade do transporte.

Temos, também, uma preocupação que passa por tudo, que é o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda. Aproximar (a população) da maré e criar novas oportunidades. Então, esse é um diálogo muito forte que estamos fazendo com a Agência de Desenvolvimento Econômico e por isso, entra toda essa questão de inovação tecnológica, da indústria 4.0 e, ao mesmo tempo, da economia local.

As maiores despesas das políticas sociais, que a falamos despesa/investimento, são saúde e educação. Ambas são pautas importantíssimas, que tem a equação dos equipamentos de atendimento especializado e dos hospitais, que precisamos viabilizar o custeio. Para algumas cidades são novos investimentos, como Diadema que tem o novo Hospital Municipal como pauta de investimento urgente.

Na educação temos de retomar aquele esforço da complementação do ensino. Com a pandemia ficou muito evidente que as crianças perderam um tempo importante nesses três anos. Então, temos de recuperar conteúdo. Após de educação integral, Mais Educação, educação de jovens e adultos também estão na nossa pauta.

É muito amplo, mas creio que a prioridade neste primeiro momento é a infraestrutura, que são saneamento, habitação e mobilidade, e estão na boca de a gente pedir os recursos e viabilizar. Daí, educação e saúde estão na fila. Estamos trabalhando muito.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

Seção: Política Pagina: 2